UFSJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Márcio Antônio dos Reis
Matrícula: 2017200530083

FRAGILIDADES SOCIAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

São João del-Rei
2018

MÁRCIO ANTÔNIO DOS REIS

Fragilidades sociais, frente às políticas públicas na educação.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Profª. Ms. Cristiane Edna Camboim.

São João del-Rei
2018

MÁRCIO ANTÔNIO DOS REIS

Fragilidades sociais, frente às políticas públicas na educação.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada:

Prof. Ms. Cristiane Edna Camboim (SENAR).

Prof. Ms. Marco Antônio Catussi Paschoalotto (UNOESTE)

Profª. Ms. Cristiane Edna Camboim. (UFSJ)

Sumário

RESUMO 4

1 **INTRODUÇÃO**..... 7

2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 12

3 METODOLOGIA..... 20

3.1 Objetivos..... 21

3.1.1 Objetivo Geral..... 21

3.1.2 Objetivos Específicos..... 21

3.2 Justificativa..... 21

4 ANÁLISE 22

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 27

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 29

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 31

RESUMO

Diante às inúmeras políticas públicas desenvolvidas na educação percebe-se dos órgãos oficiais que há uma eternização de fracassos escolares e a tão desejada “Educação de qualidade” está longe do mínimo desejado e esta ineficiência se acentua nas populações menos favorecidas alimentando ainda mais o estado de vulnerabilidade dos alunos e consequentemente perpetuando uma população iletrada. Diante desse quadro faz-se necessário reconsiderar as políticas voltadas para educação buscando ações mais eficazes na democratização da educação e oportunizar um ensino de qualidade.

ABSTRACT

In view of the numerous public policies developed in education, it is clear from the official bodies that there is an end to school failures and the much-desired "quality education" is far from the desired minimum and this inefficiency is accentuated in the less favored populations, further fueling the state of vulnerability of students and consequently perpetuating an illiterate population. In view of this situation, it is necessary to reconsider educational policies aimed at more effective actions in the democratization of education and to provide quality education.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Vulnerabilidade Social.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CONAE Conferência Nacional de Educação

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PBF - Programa Bolsa Família

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEI - Projeto Educação Integral Educação Integral

PISA - *Programme for International Student Assessment*

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SME - Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - zona de residência dos alunos..... 22
Tabela 2 - Quantitativo de alunos..... 23
Tabela 3 - Transporte escolar..... 23
Tabela 4 - Cor autodeclarada dos alunos..... 24
Tabela 5 - Evolução escolar..... 24
Tabela 6 - PROEB - Língua Portuguesa, 3º ano..... 25
Tabela 7 - Políticas públicas oferecidas..... 26

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a fazer uma reflexão sobre o processo educacional no Brasil, os resultados obtidos e seu reflexo na vida dos estudantes, trazendo para a mesa do debate a complexidade da educação e sua relação com seus atores, bem como os fatores intra e extraescolares e suas influências no processo educacional da Escola brasileira. Como bem salienta o documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), "As exigências contemporâneas para a inclusão social e para o exercício de uma cidadania digna e ativa supõem a superação das desigualdades sociais e o acesso aos bens culturais, inclusão digital, trabalho e qualidade de vida, condições para acesso à saúde e práticas desportivas, lazer, dentre outras", reconhece o papel da educação como um todo, na garantia dos direitos essenciais do indivíduo.

Nas duas últimas décadas se percebeu que a educação obteve avanços significativos onde o Ensino Fundamental foi universalizado e expressivos avanços na expansão do Ensino Médio. Porém, se de um lado os índices de cobertura da Educação Básica demonstrou avanços consideráveis resultantes das políticas públicas para a evolução das taxas de escolarização da população em idade escolar, de outro, a nação ainda tem muitos desafios a enfrentar no quesito educação.

Conforme Ahlert (2010, p.5), ao observar a trajetória da educação no Brasil percebe-se que as políticas públicas não vêm obtendo êxito em sua plenitude por não apresentar propostas eficientes voltadas atender alunos em situações de vulnerabilidade social em detrimento dos investimentos no campo da educação.

Analisando a educação no Brasil, observa-se que ocupamos o 53º lugar, entre 65 países avaliados no critério Educação (PISA). Apesar de contar com programa social fez subir as matrículas para o patamar de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, mesmo assim 731 mil crianças encontram-se fora da escola (IBGE). A situação de analfabetismo funcional para população entre 15 e 64 anos está na casa de 28% no ano de 2009 (IBOPE); um percentual de 34% dos alunos que se encontra no 5º ano do Ensino Fundamental não conseguem ler (Todos pela Educação); enquanto que 20% de nossos jovens que concluem o ensino fundamental, não apresenta domínio da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Essa triste constatação reafirma a perpetuação do cenário que persiste mesmo diante das mais diversas ações propostas, tais como a limitada capacidade de compreensão e assimilação por parte dos alunos que corroboram para a evasão escolar, a repetência e exclusão. Diante de tal realidade impera a seguinte reflexão: Que educação é essa, apregoada como "para todos"? E estes, inclusos nos acentos escolares e que vivem a margem do conhecimento?

Que educação é esta que com tantos programas, propostas e reflexões e muitos avanços, diga-se de passagem, mas ainda não foram capazes de resolver essa trama que é o caos do ensino no Brasil. O que mais se espera registrar para que alguma mudança venha a ocorrer.

Esta relação foi observada em inúmeros estudos nacionais (BARBOSA, 2009), deixando claro que os fatores intra e extraescolares tem forte influência na vida dos alunos deixando-os em situação social mais vulnerável nos pátios e nas salas de aula. A expansão do acesso à escola no Brasil ocorreu e trouxe consigo um complexo desafio para a escola, o de propiciar uma educação para todos e neste "todos", incluem alunos que cursaram na modalidade multisseriadas, que saem de casa as 08h30min para chegarem a suas escolas às 11h50min e quando retornam para suas casas às 19h30min, ou mesmo oriundas de famílias totalmente desestruturadas e onde muitos vivem isolados em um rincão qualquer. O que fazer com estes? Como possibilitar a estes uma educação de qualidade, sendo que a ofertada não considera estas realidades.

Diante desse quadro, como se discutir os reais papéis dos envolvidos e quando da omissão de parte, afeta o projeto maior, formar cidadãos. Pois, mesmo diante de ações pontuais, por parte de movimentos sociais e ações de governo, quem é quem nesse jogo?

Desta forma, o que se faz necessário rever? Que intervenções seriam necessárias para resolver as questões apontadas e como, quando se daria e de que forma obter o feedback das políticas implementadas? Construindo políticas pontuais na formatação de um Brasil que acredita no ato de educar, na valorização e otimização do indivíduo, como instância de significativo valor para o desenvolvimento do país é o maior desafio no campo educacional.

Como bem afirma o Documento Referência da 3ª Conferência Nacional de Educação "A defesa da democracia, diversidade e justiça social necessita ser renovada por meio da

garantia dos direitos e do fortalecimento da solidariedade, do respeito, do reconhecimento, bem como da articulação de forças e de novas interpretações da conjuntura nacional e internacional, a partir de construção coletiva e pedagógica. São algumas estratégias possíveis, urgentes e necessárias" (CONAE, 2018), sendo urgente a necessidade de uma intervenção de sucesso, caso contrário, continuará a uma educação desqualificada e ineficaz.

Diante do exposto, o que se propõe é refletir os problemas vividos pela educação no Brasil, suas causas e consequências, os males sociais gerados e o rompimento com alguns conceitos onde se coloca a educação como a panaceia dos males sociais para cumprir com seu salvacionismo diante dos dilemas dos tempos atuais e atributo quase que exclusivo da educação.

Repensar no papel que cada segmento deve exercer de forma a dar sua contribuição para uma educação de qualidade, onde a sociedade entendendo melhor sua função e ao poder público constituído, entendendo assim a dicotomia Estado/sociedade, não vindo a ocorrer omissões.

Assim, buscando definir que país queremos para o futuro, em detrimento a educação que é ofertada, com vistas a garantir às crianças e jovens o direito de sonhar, considerando o significado social da instituição escolar na promoção de uma sociedade equânime. Assegurar direitos sociais, definindo claramente o papel do Estado e sua capacidade democrática de pensar, replanejar, reorganizar, executar e assumir políticas, programas e ações que garantam a efetivação dos direitos sociais básico.

Muitas mudanças ocorreram no campo da Educação no país, foram avanços significativos, porém ainda são inúmeros os desafios a serem enfrentados pelo Estado. Conquistas como a universalização da educação, gestão democrática, qualidade do ensino, desigualdades de condições de acesso e permanência do aluno na escola e melhores condições de acesso ao Ensino Superior foram significante, não tem como desconhecer estes fatos, mas foram avanços que ainda tem muito a ser aprimorado e questões alarmantes a serem superadas.

O analfabetismo no Brasil atinge a casa dos 10% de brasileiros com 15 (quinze) anos ou mais, segundo o IBGE, 2006, as matrículas na educação básica têm caiu significativamente em 2017, tendo seguido uma tendência já observada pelo MEC. Em 2017 foram 48,6 milhões

de alunos matriculados no sistema educacional do país, contrapondo com 2016 que haviam 48,8 milhões alunos matriculados em 2016, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Apesar de apresentar um programa social que incentivou o número de matrículas no Ensino Fundamental na ordem de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, ainda amarga um total de 731 (setecentos e trinta e uma) mil crianças fora da escola (IBGE). Soares (2006) considera que ao se observar o quadro internacional, percebe-se que só em Angola - país africano abatido por guerra civil há mais de 20 anos -, o fenômeno da repetência chega a ser tão hostil quanto no Brasil.

Ao analisar o Ensino Médio no Brasil, percebe-se uma realidade nefasta, que de forma clara contribui para sintetizar o fracasso do Ensino médio, que vem a ser, a taxa de evasão escolar. Em uma recente pesquisa, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), tomando como base as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE), percebeu que apenas 50% dos jovens com idade entre 15 anos e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Constatou-se também que entre 1999 e 2011, a taxa de evasão escolar nesta faixa mais que dobrou vindo a saltar de 7,2% para 16,2%.

Diante deste quadro, percebe-se que é urgente a necessidade de uma intervenção que venha estancar essa chaga, minimizar os terríveis efeitos de uma escolarização precária para o país. As autoridades apresentam dificuldade no enfrentamento da crise do Ensino Médio, resume o estudo da Seade. “A despeito das reformas, os resultados das avaliações sistêmicas continuam surpreendendo de forma negativa os responsáveis pela elaboração das políticas educacionais no país”, conclui.

Nesse universo se apresenta à escola desafios à medida que estas questões permeiam seu ambiente envolvendo questões metodológicas e os diferenciados estados de assimilação e envolvimento com a escola e nessa perspectiva há de se reconhecer a intersetorialidade na elaboração e execução de políticas educacionais considerando os muitos fatores associados aos alunos em situação de vulnerabilidade capazes de intervir, de forma significativa na problemática da pobreza coma elaboração de programas que possibilitem a esse grupo ser assistido na sua integralidade.

Frente às lacunas apresentadas, em um mundo cada vez mais capitalista, iniciativa privada, cada vez mais exigente em relação à qualificação de sua mão-de-obra e com uma demanda sem precedente que espera por criatividade, comprometimento e bom relacionamento interpessoal, demonstra apreensiva com os resultados demonstrados pela educação pública e se organiza para cooperar e reivindicar mudanças, como é o caso do Movimento Todos pela Educação, idealizado por grandes corporações onde visa engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.

No entanto, afirma Goldemberg (1993) passam-se gerações e a educação não pode esperar, a vida tem pressa e a não reparação das falhas e observância nas consequências de uma educação em frangalho resultam nos números apontados. É imediata a necessidade de tratar questões como o analfabetismo funcional, a defasagem, repetência e evasão escolar, consequentemente, a apatia de alunos em situação de vulnerabilidade frente aos estudos por não adquirirem em seu âmago sonhos e futuro.

Abordar os dilemas sociais, com afirma Santos (2011), em especial retratados na educação brasileira em detrimento do fracasso das políticas públicas desenvolvidas, prestando-se em propor um repensar na ação de promover a educação no Brasil e como envolver os mais diversos agentes que compõem esse universo a fim de encontrar caminhos que ofereçam a educação meios de participar ativamente na construção de um país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O atual modelo de Educação Básica brasileiro resulta de um longo processo iniciado nos anos 1990, fruto das reformas propostas pela Constituição Cidadã, consequentemente da Lei nº 9.394, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e outras tantas inovações elaboradas. Surgiram propostas inovadoras como o financiamento, valorização dos profissionais da Educação, avaliações educacionais sistêmicas, dentre outras, com vistas a aprimorar a educação de melhor qualidade.

Com a responsabilização dos entes federados por suas respectivas áreas de abrangência e sobre tudo atribuindo ao Estado uma responsabilização maior pela educação pública e às famílias a incumbência obrigatória de encaminhar seus filhos à escola, instituindo idades limites, condicionando a critérios políticos sociais, se observou significativos avanços, conforme normatizações da LDB. Contudo, esses avanços não se caracterizaram em aumento qualitativo, mas quantitativo.

Segundo Dourado (2007), levantamento de estudos realizados nos países membros da Cúpula das Américas, com base em instrumento de coleta de dados produzido para esse fim, identificaram que as condições, dimensões e fatores fundamentais para se alcançar uma educação de qualidade. Destaca-se que fator como a influencia das realidades sociais dos alunos estão intrinsicamente associadas aos problemas vividos pelas escolas no que concerne a violência, uso de drogas, gravidez na adolescência, violência, fome etc. resultante da dimensão socioeconômica e cultural vividos. E por outro lado, questões que envolvem os direitos do cidadão e deveres do Estado, como a obrigatoriedade da educação básica, a definição de padrões de qualidade, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; à definição e efetivação de diretrizes nacionais para os diferentes níveis etc.

Já quanto à dimensão de organização e gestão escolar, consideram-se os processos formativos, organizacionais, estrutura curricular, dentre outros. Nestes aspectos destacamos as condições da oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, a formação,

profissionalização e ação pedagógica do professor e por sua vez, o aluno quanto ao acesso, permanência e desempenho escolar.

Ao se propor Políticas Públicas voltadas para Educação Básica, há de se ressaltar as ações políticas dos diferentes atores e contextos educacionais no Brasil. Dourado (2007) afirma, “a elaboração e execução das referidas políticas devem ser articuladas o mais ampla possível do que na dinâmica intraescolares, sem negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel social da escola e dos processos relativos à organização, cultura e gestão intrínsecos a ela”. Nesta perspectiva, é crucial não deixar de considerar o contexto sociocultural em que se encontram os indivíduos mediando às condições afetivas o ensino-aprendizagem elaborando um projeto político pedagógico que concretize os processos de organização e gestão da educação básica.

Percebe-se, na composição do Documento-Referência (CONAE, 2018), bem como nos debates de sua construção, um constante o debate sobre a qualidade da educação no Brasil e a necessidade de que exclusões sejam cada vez mais combatidas, dentre elas a de alunos em condições de vulnerabilidade social. Não há como negar que muitos avanços foram obtidos com as politicas públicas de inclusão e diversidade na atualidade, mas ainda se fazem necessários a abordagem e debate sobre o assunto. Contudo, há uma gama de intervenções a serem realizadas, pois há inúmeras questões a serem sanadas no cotidiano de nossas escolas.

O governo, por meio do PDE se propõe a harmonizar, uma política nacional de educação com os objetivos fundamentais fixados pela Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade Razões e Princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. E vendo assim o que propõe o PDE, percebe uma ampla visão de alcance e da necessidade de se construir uma educação justa e eficaz.

Também o Documento-Referência (CONAE, 2018) trata, "das exigências contemporâneas para a inclusão social e para o exercício de uma cidadania digna e ativa supõem a superação das desigualdades sociais e o acesso aos bens culturais, inclusão digital, trabalho e qualidade de vida, condições para acesso à saúde e práticas desportivas, lazer,

dentre outras", percebe-se uma preocupação permanente na garantia de direitos e a necessidade de se repensar a educação no contesto brasileiro em especial quanto sua eficácia de universalização e inclusão de todos na educação.

Castro (2010) afirma: “Muitos estudos demonstram uma forte correlação entre desigualdades educacionais e desigualdades de renda e de condições de vida. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre desigualdades na educação mostra que os indicadores educacionais são piores na população rural e nas regiões mais pobres em todas as etapas da educação básica”. Assim, como bem posiciona Castro, as situações de vulnerabilidade acentuam-se mais em regiões específicas e desta forma há de se proporcionar uma compensação em termos de atenção maior com vistas a superar as desigualdades.

Há uma forte associação entre origem social e desempenho escolar dos alunos. Percebe-se uma interdependência demonstrada por diversos levantamentos no Brasil (BARBOSA, 2009), o que fica claro que os fatores extraescolares não respeitam os muros da escola e acompanham os alunos em situação de vulnerabilidade nos pátios e nas salas de aula. E por se perceber tal relação há de redefinir prática educacional de forma a propor suas ações sensíveis com as realidades vivenciadas por seus alunos.

Segundo Ahlert (2010), “Nos últimos anos, no âmbito das discussões sobre as políticas públicas e sociais, o conceito de classe tem sido pensado em relação à categoria vulnerabilidade social. A perspectiva é que a pobreza seja entendida como um fenômeno que, embora tenha a renda como um fator fundamental, é multidimensional”. Percebe-se aia oferta de uma educação que amenize os problemas sociais proporcionando respostas frente aos anseios da sociedade em ver uma mudança no Brasil.

Somos uma nação marcada pela desigualdade e realidades diversas que somadas a um contexto socioeconômico inibe avanços no campo educacional. Neste contexto, vivenciam-se situações diversas como a situação de pobreza que está diretamente relacionada com a limitada infraestrutura social, uma maior exposição ao risco, à violência e às doenças, com a presença de fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisão e voz, e com a ausência de garantia dos direitos essenciais.

Com vistas a focar seus estudos nesse território, Castro (2008) atesta que “a expansão do acesso à escola propôs um difícil desafio às equipes escolares: propiciar que crianças e jovens de famílias pobres, muitas em situação de vulnerabilidade social, sejam incluídos no universo dos conhecimentos historicamente elaborados [...]”.

A educação em direitos humanos, e para o exercício desses direitos é fundamental, para revigorar o regime democrático e dar sustentação à geração de novas consciências e novos patamares civilizatórios, em uma sociedade justa e democrática. Assim, o esforço dos setores e segmentos que atuam no campo educacional em todo o território nacional, mobilizados na III CONAE a partir do presente Documento-Referência, visa construir e consolidar o Sistema Nacional de Educação, permeado pelo princípio constitucional da gestão democrática da educação (CONAE, 2018).

Conforme expressa o Documento-Referência da CONAE, a garantia dos direito essenciais perpassa primeiro pela educação, desta forma se faz preciso um ajuntamento de forças para que a consolidação das garantias seja efetivada mediante o compromisso dos atores em fazer que a “Educação para Todos” se efetive.

Se tomarmos os fatos históricos brasileiros, percebe-se que não foram poucas as mazelas vividas pela sociedade em decorrência das desigualdades e das politicas exclusivas desenvolvidas no decorrer de nossa história onde pela pobreza no campo e nas cidades, acesso estrito à escola e, também, muitas vezes, pela sua condição étnico-racial, eram excluídos do processo.

Como bem enfatiza Dourado (2007), as politicas de educação devem levar em consideração as questões extraescolares que afetam a capacidade da efetivação do processo de ensino e aprendizagem. E estas condições extraescolares consideram a importância da interferência em dois aspectos: o aspecto social e as obrigações do Estado.

> A dimensão socioeconômica e cultural dos entes envolvidos (influência do acúmulo de capital econômico, social e cultural das famílias e dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem); a necessidade do estabelecimento de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência, sexualidade, famílias, raça e etnia, acesso à cultura, saúde, etc.; a gestão e organização adequada da escola, visando lidar com a situação de heterogeneidade sociocultural dos estudantes; a consideração efetiva da trajetória e identidade individual e social dos estudantes, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e,

> portanto, uma aprendizagem significativa; o estabelecimento de ações e programas voltados para a dimensão econômica e cultural, bem como aos aspectos motivacionais que contribuem para a escolha e permanência dos estudantes no espaço escolar, assim como para o engajamento em um processo de ensino-aprendizagem exitoso (DOURADO, 2007, p. 207-208).

No olhar de Dourado (2007), o conceito de sucesso ou fracasso reproduz no aluno e os acessos que têm aos bens culturais interferem significativamente em seu desempenho e sucesso escolar cabendo à escola estabelecer caminhos que proporcione ao aluno o rompimento com pré-conceitos que fragilizem seu aprendizado e suas habilidades e competência de formação cidadã.

Assim como o CONAE e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) é perceptível os fatores sociais e econômicos como constituintes da vulnerabilidade e com isso a necessidade de uma atenção a estes aspectos bem como redução ou eliminação de agentes causadores.

Como fatores de agravamento da vulnerabilidade e do risco social, estudos apontam para características individuais, familiares, sociais e do território, tais como: a pobreza, a violência doméstica e sexual, a negligência, o trabalho infantil, as deficiências e trajetórias de vidas nas ruas, entre outras, associadas às dificuldades ambientais do território. (BRASIL, 2010).

Para Ahlert (2010) “a escola é o espaço onde aparecem muitos dos fatores de vulnerabilidade que são trazidos pelos alunos, o que constitui a escola como um local de escuta e conhecimento das experiências de vida dos mesmos”. Assim, como ocorreu no município de Baldim, obviamente o mesmo se deu Brasil a fora, onde com a universalização do ensino trouxe para dentro dos muros alunos de toda sorte, não atentando para as muitas vivências e como lidar com elas.

Ter o conhecimento das inúmeras realidades vividas pelos alunos pode produzir no ambiente escolar uma melhor forma de partilhar os saberes, pois conforme Ahlert (2013), “[...] além de estar conectada com a privação material, a situação de pobreza ou vulnerabilidade social está relacionada ainda com a falta de infraestrutura” e acrescenta, “com uma maior exposição ao risco, à violência e às doenças, a presença de fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisão e voz, e com a ausência de garantia dos direitos

básicos". Nesta perspectiva, a escola ao envolver seus atores com a realidade de seu publico pode proporcionar caminhos mais aplanados e acessos mais possíveis de serem transitados, contribuindo para que seus educandos sejam mais bem atendidos dentro de suas limitações.

Segundo Ahlert (2010), "a vulnerabilidade social traz discussões importantes relativas à qualidade do ensino, à permanência na escola e ao aprendizado". Conhecendo melhor sua realidade torna-se mais assertiva as ações de inclusão escolar e humanizando as ações dos atores do cotidiano escolar. Nessa proposta, educadores da escola propuseram uma tournée de aproximadamente 50 km, no transporte escolar local do município de Baldim, percorrendo o trajeto que seus alunos da zona rural realizam todos os dias ruma à escola, obtendo um momento *sui-generes* vivenciando o cansaço do tempo e do trajeto, as inúmeras realidades de condições sociais e estrutura familiar, adquirindo outro olhar na sua prática e na reformulação do processo ensino aprendizagem.

Conforme Vygotsky (apud KOLL, 2010) "o ambiente sócio histórico influência no desenvolvimento cognitivo. Tendo uma percepção apurada conhecendo melhor seu público, poderá o professor proporcionar, através de suas intervenções, uma melhor organização do conhecimento pelo aluno. As experiências de sucesso relacionam-se com a mediação eficaz do professor que mobiliza e gera interesse no aluno, dando-lhe confiança e promovendo a autonomia do sujeito e contribuindo para eliminar os preconceitos carregados pelo indivíduo".

Com vistas a perceber outros olhares e assim corroborar com a reflexão, Martins (1997) afirma:

> Rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negassem. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, 'dentro' da realidade que produziu os problemas que as causam.

Não há como não considerar a ponderação do autor, ratificando a importância de analisar a realidade social com intuito de refletir a respeito da relação existente entre inclusão e exclusão não como algo gerado fora das práticas sociais, mas naturalmente como duas

representações dos processos sociais, políticos e econômicos atuais. De forma moderada pode-se considerar que muito do que se denomina “excluídos” ou mesmo identificados como “vulnerável”, venha expressar uma condição social.

Ao confrontarmos as ideias de Martins e Ahlert se observa pontos diferentes sobre a abordagem de vulnerabilidade, contudo os pontos de vistas apresentados não excluem a necessidade de se repensar educação na política brasileira e mesmo que a condição venha a ser algo compreendido como natural, como por exemplo, morar a quilômetros da escola, por ser ali o campo de trabalho da família e não dispor de uma escola pública próxima por ser um meio rural.

Conforme Ahlert (2010), ao observar a trajetória da educação no Brasil percebe-se que as políticas públicas não vêm obtendo êxito em sua plenitude por não apresentar propostas eficientes voltadas atender alunos em situações de vulnerabilidade social em detrimento dos investimentos no campo da educação.

Analisando a educação no Brasil, observa-se que ocupamos o 53º lugar, entre 65 países avaliados no critério Educação (PISA). Apesar de contar com programa social fez subir as matrículas para o patamar de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, mesmo assim 731 mil crianças encontram-se fora da escola (IBGE). A situação de analfabetismo funcional para população entre 15 e 64 anos está na casa de 28% no ano de 2009 (IBOPE); um percentual de 34% dos alunos que se encontra no 5º ano do Ensino Fundamental não conseguem ler (Todos pela Educação); enquanto que 20% de nossos jovens que concluem o ensino fundamental, não apresenta domínio da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Essa triste constatação reafirma a perpetuação do cenário que persiste mesmo diante das mais diversas ações propostas, tais como a limitada capacidade de compreensão e assimilação por parte dos alunos que corroboram para a evasão escolar, a repetência e exclusão. Há de se rever tantos programas, propostas e reflexões, mas incapazes de resolver essa trama que é o caos do ensino no Brasil.

Evidências como fatores comuns às realidades vivenciadas pelos alunos deixam claro que os fatores intra e extraescolares tem forte influência na vida dos alunos deixando-os em situação social mais vulnerável nos pátios e nas salas de aula. A expansão do acesso à escola no Brasil ocorreu e trouxe consigo um complexo desafio para a escola, o de propiciar uma

educação para todos e neste "todos", incluem alunos que cursaram na modalidade multisseriadas, em pleno Sec. XXI.

Mesmo percebendo avanços no campo da educação há de se considerar que são muitas as situações a serem considerada, vista disto estão ai as pesquisas e resultados calamitosos. E, percorridos tantos caminhos, apresentados os números e apurados os resultados se conclui: O Estado já chegou aqui, mas em que estado? Há sim o que se comemorar, mas se faz necessário repensar a educação que se aplica para querer de fato alcançar a educação que se espera.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa sobre a alegação de oportunizar uma educação de qualidade e os reflexos das políticas públicas de educação que atendam alunos em situação de vulnerabilidade, e uma análise das condições em que estão sujeitos a se submeterem para ter garantia.

O Trabalho constitui-se em um estudo de caso, cujo público alvo se limita a alunos da Escola Estadual José Ribeiro da Silva, a qual recebe alunos residentes na cidade onde está situada e de diversos povoados e fazendas do município de Baldim/MG e que além de longos percursos há uma diversidade de situações que geram desestímulo em prosseguir seus estudos.

Neste sentido, “quando se tratar de uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente evidentes” (YIN, 1994), deve-se escolher, dentre as modalidades de estratégias qualitativas, a de estudo de caso para produção desta pesquisa.

Para desenvolvimento do estudo proposto, será realizado levantamento bibliográfico, por meio da coleta, seleção, análise e interpretação da literatura pertinente ao assunto, composta de livros, manuais, dissertações, artigos de revistas, sites de internet especializados, entre outros.

Também serão realizadas entrevistas com o Conselho Tutelar e o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de Baldim, familiares e estudantes em situação de vulnerabilidade, com o intuito de levantar dados que venham fundamentar a pesquisa.

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo Geral:

Estabelecer relação entre as Politicas Públicas de Educação e a demanda de alunos em situação de vulnerabilidade social na Escola Estadual José Ribeiro da Silva.

3.1.2 Objetivos Específicos:

Definir conceitualmente competência;

Identificar principais indicadores de vulnerabilidade social, quais são as condições de vida, acesso e assistência dos alunos em situação de vulnerabilidade social à educação para o cumprimento de suas diretrizes;

Relacionar as Politicas Publicas de Educação com a realidade dos alunos em situação de vulnerabilidade da referida escola.

3.2 Justificativa

Este trabalho insere-se no contexto da Administração Pública e apresenta relevância em virtude da necessidade de se analisar a aplicabilidade das políticas públicas de educação voltadas para cidadãos em situação de vulnerabilidade social e se os resultados tem sido efetivos.

Dessa forma, busca-se conhecer as vulnerabilidades dos alunos no contexto da família e comunidade onde vivem, a fim de ajudá-los no interior da escola em seu processo de aprendizagem. Na segunda etapa, realizou-se entrevistas com roteiro estruturado que foi gravada, a fim de identificar e analisar os desafios encontrados pela equipe gestora - diretor e especialista, e pelos professores que trabalham com os estudantes em situação de vulnerabilidade social na E.E. José Ribeiro da Silva. Todos os professores que trabalham na escola foram entrevistados, totalizando 42 docentes.

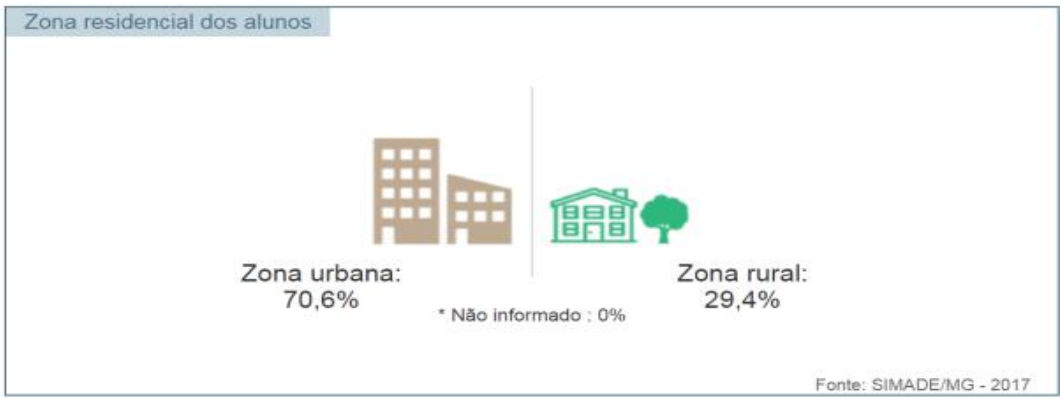
O trabalho possibilitará estabelecer uma interface entre a adoção das politicas e sua eficácia quanto à universalização do ensino e a proposta de oferta de educação de qualidade a todos.

4 ANÁLISE

Ao se observar inúmeras situações vividas por aqueles indivíduos que se encontram em estado de vulnerabilidade e perceber que muitas das situações são merecedores de políticas públicas e intervenções pontuais com vistas a sanar e se não amenizar a problemática. Com vistas a analisar estas realidades foi tomado como referência de estudo alunos da Escola Estadual José Ribeiro da Silva, Baldim/MG que enquadram nestas circunstancias e verificadas as realidades e os enfrentamentos oportunizados pelo poder público aos indivíduos supracitados.

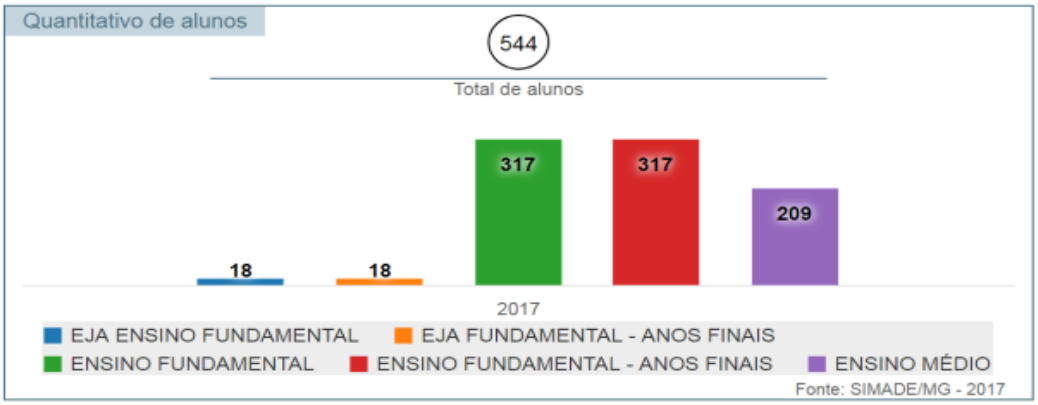
A Escola Estadual José Ribeiro da Silva é a única escola pública estadual da cidade de Baldim, ali estudam alunos residentes na cidade e outros que se deslocam de inúmeras comunidades municipais menores. Figura 1

Figura 1 - zona de residência dos alunos



A escola conta com um quadro de 544 (quinhentos e quarenta e quatro) estudantes, sendo 317 (trezentos e dezessete) alunos das séries finais do Ensino Fundamental, 209 (duzentos e nove) do Ensino Médio e 18 (dezoito) da Educação de Jovens e Adultos - EJA Fundamental. Figura 2

Figura 2 - Quantitativo de alunos

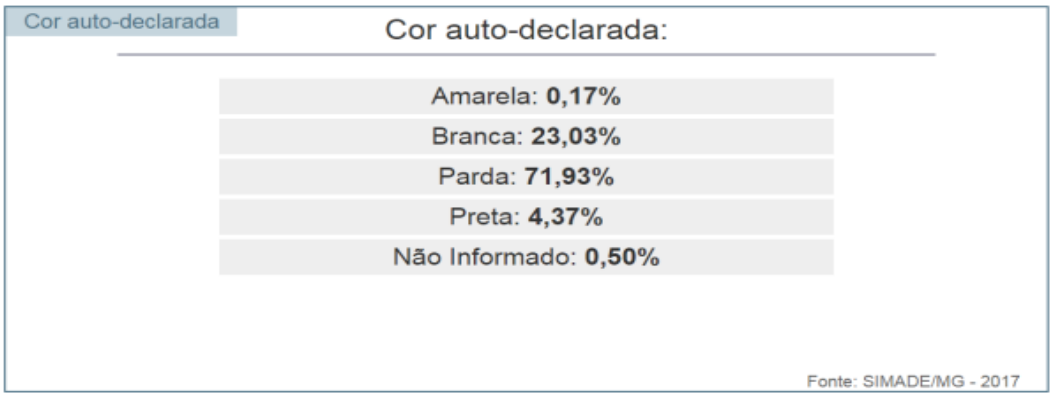


No universo de 544 (quinhentos e quarenta e quatro) estudantes, 183 (cento e oitenta e três) são beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF que visa assegurar o benefício atrelado à frequência escolar. Outro ponto observado é que 177 (cento e setenta e sete) alunos fazem uso do Transporte Escolar, se deslocando diariamente de comunidades rurais, fazendas, sítios e Acampamento Sem Terra para cursarem na citada escola, conforme - Figura 3.

Figura 3 - Transporte escolar

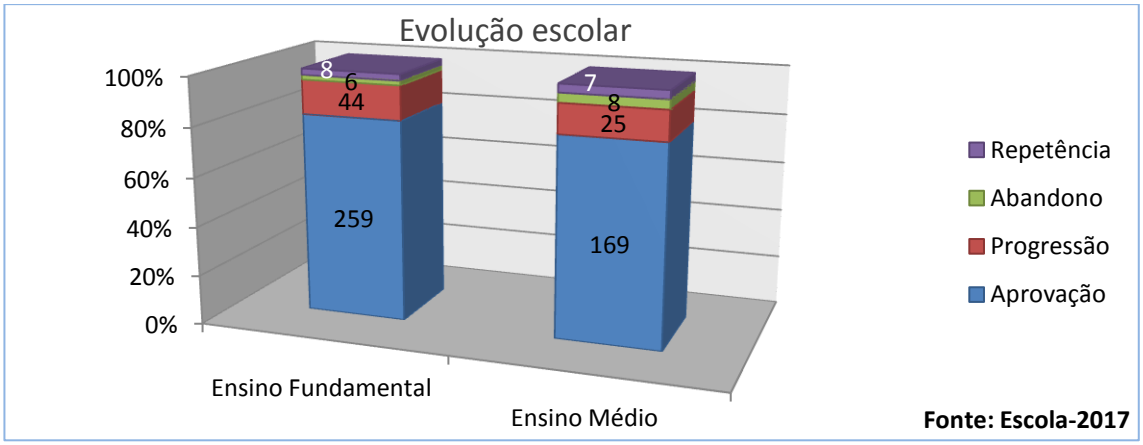
Com vistas a proporcionar um aprendizado inclusivo e garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões - intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais a escola oferece os seguintes programas e projetos: Educação Integral - PEI, atendendo a 50 (cinquenta) alunos e Atendimento Educacional Especializado - AEE atendendo a 13 (treze) alunos.

Figura 4 - Cor autodeclarada dos alunos



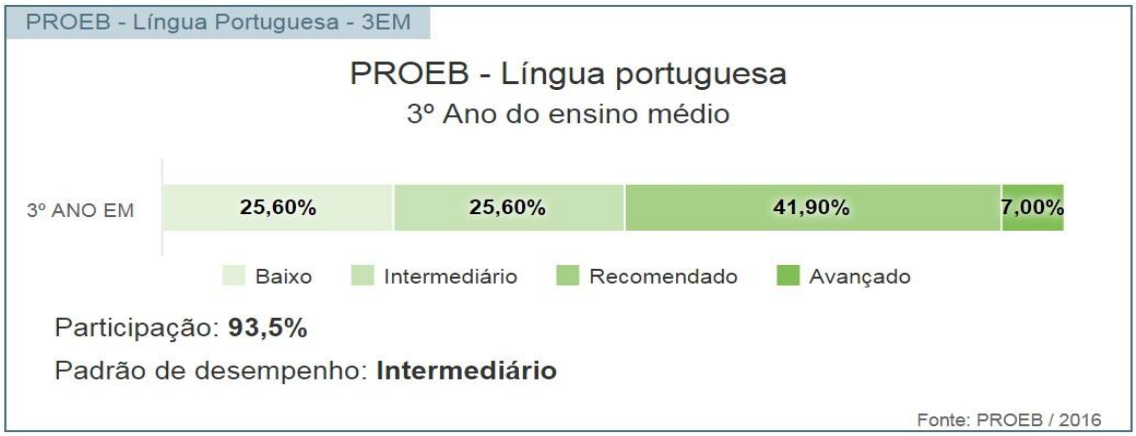
Observando-se os dados da evolução escolar dos alunos a escola apresenta índices ainda preocupantes quanto ao rendimento escolar dos alunos, ocorrendo uma taxa de 13,8% de alunos com progressão parcial, 3,15% de repetência no Ensino Fundamental e 11,96% de progressão parcial e 3,35% de repetência no Ensino Médio. Figura 5

Figura 5 - Evolução escolar



Quando se analisa os dados de evolução dos alunos, realizados por intermédio das avaliações sistêmicas desenvolvidas pelo Ministério da Educação - MEC percebe-se que a qualidade do ensino oferecido está longe do desejado. Tomando com referência o conteúdo de Língua Portuguesa do Ensino Médio se observa que 25,6 % dos alunos apresentam evolução indesejável (baixa) e com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB na ordem de 4,8, bem abaixo do recomendável, 6,0. Figura 6

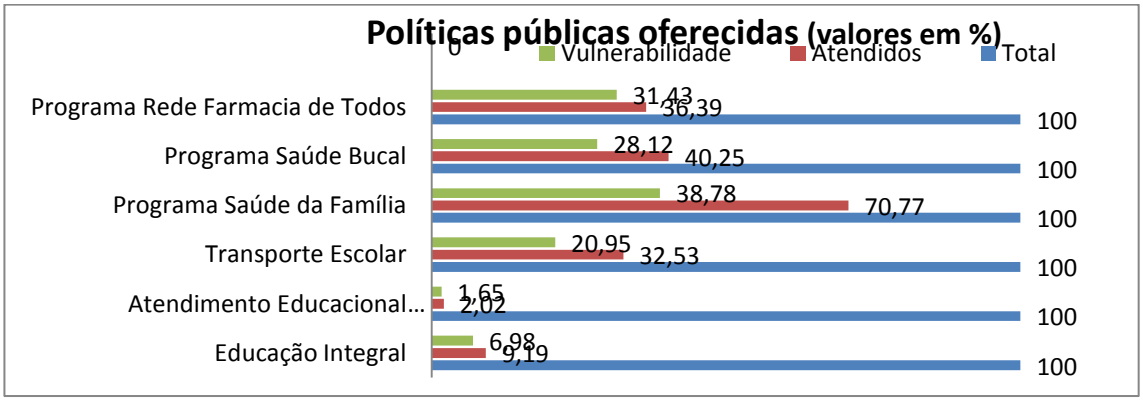
Figura 6 - PROEB - Língua Portuguesa, 3º ano



Pesquisando-se os dados sobre os projetos e ações voltados para alunos em situação de vulnerabilidade junto à administração pública local voltada para os 544 (quinhentos e quarenta e quatro) alunos matriculados na escola, bem como os responsáveis na garantia dos direitos foi informado que no contexto da:

- Saúde (Secretaria Municipal de Saúde): Ações de Programa Rede Farmácia de Todos, garantindo a acesso a medicamentos, Programa Saúde Bucal, garantindo tratamento dentário, Programa Saúde da Família, que garante atendimento à família *in loco*, bimestralmente, no caso de morador rural;
- Educação (Escola): Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando um professor de apoio para assegurar a alunos com necessidades especiais um aprendizado supervisionado, Programa Educação Integral, visa garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões;
- Acesso Escolar (SME): Transporte escolar que tem como objetivo assegurar o acesso à escola.
- Figura **7**

Figura 7 - Políticas públicas oferecidas



Fonte: Prefeitura de Baldim/2017

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na evolução educacional detectou-se como indicadores de vulnerabilidade social: a evasão, baixo nível de ensino aprendizagem, crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola, baixa escolaridade da família, distorção idade/ano e deslocamento considerável para a escola. Segundo Seddon (2014), a baixa escolaridade da família e a distorção idade/ano afeta a formação do capital humano (educação e saúde).

Pesquisando junto ao CRAS, a informação de casos associados ao desempenho escolar está diretamente relacionado a situações que envolvem conflitos familiares, descompromisso da família com os estudos, baixo nível de escolaridade dos pais e limitada infraestrutura urbana para atender o público em questão.

Já a Especialista Educacional da escola, questionada sobre a participação e engajamento da família na vida escolar, relatou que o não envolvimento da família constitui para institui ainda mais o estado de vulnerabilidade, onde o aluno, por falta de perspectiva, parte por falta do apoio familiar, não se envolvem com os estudos, vindo muitos deles apenas a frequentar as aulas pelo simples motivo de garantir o repasse do Programa Bolsa Família.

O quadro citado pela especialista e percebido pelo corpo docente faz-se perceber no cotidiano escolar um estado de baixa autoestima, desestímulo para estudar, revolta contra os pais, inserção no uso das drogas, dentre outras consequências. Em decorrência das constatações, a escola propicia aos alunos programas que visam garantir um tempo maior na escola e disponibilizando atividades lúdicas, educacionais e reforço na alimentação escolar com vistas a promover o desenvolvimento integral do aluno, promover atividades de formação e integração com a comunidade e trabalhar a saúde física e cognitiva dos alunos.

No Projeto Educação Integral da escola apenas 50 alunos (9,2%) são contemplados e no ano de 2017 o apoio financeiro destinado pelo MEC foi cortado pelo fato de que se estabeleceu uma política de que somente escolas que detinham 50% de aluno do PBF iriam receber os repasses, com isso, houve uma queda no rendimento do projeto, contribuindo ainda amais para fortalecer o estado de vulnerabilidade dos alunos não inclusos.

Junto ao CRAS, a informação obtida sobre programas voltados, prioritariamente para famílias incluídas no PBF, ocorre que a maioria dos beneficiários não ingressa por temer perder os benefícios do programa. Ressaltando que mesmo notificando algumas famílias quanto à ausência de seus filhos à escola o fato persiste, e assim perpetuam o baixo nível de escolarização familiar.

A Secretaria Municipal de Educação - SME informou que são inúmeras as dificuldades encontradas para garantir a oferta de uma educação de qualidade devido aos limitados recursos financeiros e de pessoal. Com isso o apoio psicológico, fonoaudiólogo e otorrinolaringologista não são oportunizados aos estudantes, visto que a administração local optou em garantir a população o atendimento de médico clínico e dentário, vindo a reduzir de 4 (quatro) para 3 (três) equipes do Programa Saúde da Família - PSF.

Ao visitar a escola tive a oportunidade de conversar com uma mãe de aluno que se encontrava presente e foi possível fazer alguns questionamentos com a senhora, mãe de três alunos que estudam na escola, com idades 12, 14 e 16 anos e que residem a 46 km da escola, foi perguntada sobre o acesso dos filhos à escola. A mãe declarou que utiliza o transporte escolar diariamente. Ao ser questionada sobre a possiblidade de participar de algum programa do Governo, ela informou que recebe o benefício do PBF, que em muito ajuda no sustento familiar, porém os filhos não demonstram interesse nos estudos e relatou que “não sabe mais como fazer para mantê-los na escola”.

O transporte escolar no município de Baldim conta com 5 (cinco) linhas diárias de ônibus escolar e 3 (três) de veículos menores que atendem a sítios e fazendas fora de rotas dos ônibus nos turnos de manha e tarde e 2 (duas) no turno da noite. São contemplados todas as comunidades rurais, fazendas, sítios e acampamentos Sem Terra do munícipio garantindo acesso a todos os estudantes.

Dados da escola constatam que até início dos anos 90 (noventa) apenas alunos residentes na cidade e em sua proximidade estudavam na escola e que com a implantação do Transporte Escolar houve um aumento significativo, na ordem de 30%, do número de alunos matriculados e que atualmente 98,9% das crianças e adolescentes em idade escolar encontram-se matriculados e que a garantia do acesso à escola foi primordial para alcançar esse percentual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constatou um quadro de indicadores de vulnerabilidade social presentes nas diversas dimensões pesquisadas que a escola se encontra em contexto vulnerável e que demanda um olhar diferenciado de todos os atores envolvidos. Nas mais diversas entrevistas realizadas pode se constatar que ações foram informadas que são realizadas, porém em uma proporção que não visa de fato enfrentar os problemas observados. Pode se perceber que há uma vontade muito mais de demonstrar serviço do que resolver problemas graves de vulnerabilidade social em que vivem os estudantes da E. E. José Ribeiro da Silva.

A pesquisa pode revelar que o estado de vulnerabilidade dos alunos tende a perpetuar, dadas as evidências apontadas pelo CRAS, SME, Escola e vários atores e relatos apurados dos atores: Assistente social, Especialista, professores e familiares. Esta constatação depõe contra a intersetorialidade na gestão pública, sendo o principal entrave para o acesso e permanência dos mais vulneráveis aos serviços básicos.

A análise dos dados apontou que os serviços disponibilizados pela Educação, Saúde, CRAS e escola em atenção ao contexto de vulnerabilidade social demandam políticas específicas e de cunho determinante para sanar problemas de enfrentamento de seus desafios, e maior investimento dos poderes constituídos, previstas pelo PME (2014-2024), que na prática ainda não se consolidam.

A pesquisa foi crucial para conhecer a realidade da E. E. José Ribeiro da Silva e trouxe um elenco de ações possíveis propostas pelos educadores para superar as “situações-limite” vivenciadas em seu cotidiano para ajudar na inclusão escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade social. Essa pesquisa constitui-se como um ponto de partida para estudos futuros, considerando que há um longo caminho a percorrer em busca de uma sociedade mais justa, igual e solidária e que de fato venha a ofertar a sonhada “Educação de Qualidade”.

Fica evidente a busca de um enfrentamento diante das questões sociais, contudo ocorre de forma superficial e ineficiente, não sendo correspondentes às propostas; e que tanto na questão das políticas quanto aos profissionais falta uma melhor observância na efetivação do

projeto. E desta forma, recursos são mal investidos, alunos prejudicados, mantendo muitos a margem da “Educação de qualidade”.

O Estado precisa de uma maior aproximação da base desse problema, alunos, família, professores e especialistas, onde de fato acontece o exercício de cidadania da construção da educação e onde se vivencia os problemas, para assim realizar uma reconstrução do conceito de educação e do gerenciar suas ferramentas e ações. O Brasil, em especial aqueles cidadãos menos favorecidos e vulneráveis precisam de políticas efetivas.

Faz-se então necessário se reportar a quem de fato sabe e sente os reflexos das politicas de inclusão e enfrentamento às carências vividas por nossos alunos, que diante do fracasso do que se propõe são tomados pelos mais diversos dilemas sociais. Vale aqui refletir nas palavras de Jean-Jacques Rousseau: “A força fez os primeiros escravos, a sua covardia perpetuou-os”. É preciso pensar uma educação que desate os nós e não perpetue as correntes.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, M. **A escola em contexto de vulnerabilidade social**. Salto para o Futuro, v. 22, p. 04-09, 2013.

AHLERT, M. **Vulnerabilidade Social e Educação**. Salto para o Futuro, v. 19, p. 05-10, 2010.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.

_____. **LDB - Lei de Diretrizes e Base** - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação; **Conae 2018**: Conferência Nacional de Educação: Documento - Referência/[elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação, Mai. 2018.

_____. PNAS - **Política Nacional de Assistência Social** -; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CASTRO, Jorge A. **Política social e desenvolvimento no Brasil.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

DOURADO, Luiz F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 921-946, out. 2007.

IBOPE. **O perfil do analfabeto funcional brasileiro**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MARTINS, José S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Missão, objetivos e princípios.** s/d. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 12 mai. 2018.

VYGOTSKY, Lev S. **Teoria e método em psicologia**